Alerta Legislação, nº 29, de 21 a 26 de julho de 2014
Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
25/07/2014	<u>DECRETO Nº 8.288, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Promulga o Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Canadá, firmado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.
24/07/2014	<u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 30, DE 2014</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 641, de 21 de março de 2014 , que "Altera a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 , que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 21 de julho do corrente ano. Congresso Nacional, em 23 de julho de 2014 Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional
23/07/2014	<u>LEI Nº 13.018, DE 22 DE JULHO DE 2014</u> Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências.
22/07/2014	<u>LEI Nº 13.017, DE 21 DE JULHO DE 2014</u> Altera o § 7º do art. 23 da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 , que disciplina a aplicação do capital estrangeiro e as remessas de valores para o exterior e dá outras providências, para alterar o valor das operações de câmbio que não necessitam de contrato de câmbio para até US\$ 10.000,00 (dez mil dólares norte-americanos). <u>LEI Nº 13.015, DE 21 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 , para dispor sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho. <u>LEI Nº 13.014, DE 21 DE JULHO DE 2014</u> Altera as Leis nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 , e nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 , para determinar que os benefícios monetários nelas previstos sejam pagos preferencialmente à mulher responsável pela unidade familiar.
21/07/2014	<u>DECRETO DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Reconhece como de interesse do Governo brasileiro a participação estrangeira no capital social do Banco Industrial e Comercial S.A. e de suas controladas BIC Arrendamento Mercantil S.A., BIC

	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Sul Financeira S.A. - Crédito, Financiamentos e Investimentos.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional (CN)	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 271, DE 2014</u> (*) Aprova o texto do Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, assinado em Ancara, em 7 de outubro de 2011. [...] (*) O texto do Acordo acima citado está publicado no Diário do Senado Federal de 9/4/2014.
Presidência da República (PR)	ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) → Procuradoria-Geral Federal (PGF) <u>PORTARIA Nº 563, DE 15 DE JULHO DE 2014</u> Disciplina o requerimento de opção de parcelamento e pagamento previsto na <u>Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010</u> (*) e regulamentado pela Portaria AGU nº 247, de 14 de julho de 2014 em virtude da edição da <u>Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014</u> (**), e da <u>Medida Provisória nº 651, de 09 de julho de 2014</u> (***). <i>(*) Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE [...]</i> <i>(**) Altera as Leis nos 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO [...]</i> <i>(***) Dispõe sobre os fundos de índice de renda fixa, sob a responsabilidade tributária na integralização de cotas de fundos ou clubes de investimento por meio da entrega de ativos financeiros; sobre a tributação das operações de empréstimos de ativos financeiros; sobre a isenção de imposto sobre a renda na alienação de ações de empresas pequenas e médias; prorroga o prazo de que trata a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011; e dá outras providências.</i> SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS (SAE) <u>PORTARIA Nº 65, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> [...] Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Pensamento Estratégico em Mudança do Clima com o objetivo de contribuir para a reflexão sobre a mudança do clima frente o planejamento de longo prazo, subsidiando a Secretaria de Assuntos Estratégicos no planejamento estratégico e a integração entre políticas públicas. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) → Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>RESOLUÇÃO Nº 338, DE 22 DE JULHO DE 2014</u> Regulamenta o procedimento de alocação de horários de chegadas e partidas em aeroportos coordenados (slots) e dispõe sobre os aeroportos de interesse. <u>RESOLUÇÃO Nº 337, DE 22 DE JULHO DE 2014</u> Revoga a IAC 1204-1084. [...]

	<p>Art. 1º Revogar a Instrução de Aviação Civil 1204-1084 (IAC 1204-1084), intitulada "Publicação de normas de serviço aéreo internacional". [...]</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p>	<p>SECRETARIA DE POLÍTICAS E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (SEPED) <u>PORTARIA Nº 15, DE 22 DE JULHO DE 2014</u> Institui o Comitê Permanente de Acompanhamento e Avaliação das Transferências Orçamentárias e Financeiras (CPAT) da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED).</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.851/MD, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre as diretrizes para a formulação, a tramitação, a execução e o acompanhamento dos projetos de parcerias público-privadas (PPP) no âmbito do Ministério da Defesa e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.839/MD, DE 23 DE JULHO DE 2014</u> Altera o Anexo da Portaria Normativa nº 3.810/MD, de 8 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a "Doutrina de Operações Conjuntas (MD30-M-01)"</p> <p><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.771/MD, DE 16 DE JULHO DE 2014</u> Aprova as diretrizes para o emprego e a atuação do serviço social das Forças Armadas em situações de emergência, desastres, calamidades públicas e ações humanitárias.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Aprova as ponderações aplicáveis entre diferentes etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, para vigência no exercício de 2015.</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 307, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre e altera a Portaria MF nº 440, de 30 de julho de 2010, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo a bens de viajante.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.710, DE 21 DE JULHO DE 2014</u> Altera os arts. 3º e 4º da Circular nº 3.115, de 18 de abril de 2002, que tratam da Transferência Eletrônica Disponível (TED).</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.709, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Circular nº 3.282, de 28 de abril de 2005, que estabelece prazo para o registro de títulos e valores mobiliários e dispõe sobre a remessa de informações pelos sistemas de registro e de liquidação</p>

	<p>financeira, nos termos previstos na Resolução nº 3.272, de 24 de março de 2005.</p> <p><u>CIRCULAR Nº 3.708, DE 17 DE JULHO DE 2014</u> Divulga a amostra de que trata o art. 1º da Resolução nº 3.354, de 31 de março de 2006, com a redação conferida pela Resolução nº 4.240, de 28 de junho de 2013, para fins de cálculo da Taxa Básica Financeira (TBF) e da Taxa Referencial (TR).</p> <p>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre moratória e parcelamento de dívidas tributárias pelas instituições integrantes do sistema de ensino federal, de que trata a Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.483, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre a apresentação da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) referente ao exercício de 2014 e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (CNPS) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.322, DE 23 DE JULHO DE 2014</u> [...] Aprovar a Proposta Orçamentária do Ministério da Previdência Social - MPS para o exercício de 2015, a ser enviada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. [...]</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>RESOLUÇÃO Nº 430, DE 21 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Resolução nº 280/PRES/INSS, de 1º de abril de 2013(*). <i>(*) Dispõe sobre critérios técnicos e jurídicos para credenciamento de profissionais de saúde visando à realização de serviços na área de perícia médica.</i></p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.533, DE 21 DE JULHO DE 2014</u> Autoriza o repasse dos valores para operacionalização da Campanha Nacional de Vacinação contra Sarampo, complementação das Campanhas de Influenza e de HPV em 2014.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.508, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Limite Financeiro da Assistência de Média e Alta Complexidade.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.504, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Estabelece recursos a serem incorporados ao Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de São Paulo e Município de Osasco (SP).</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.496, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Comissão Permanente de Assuntos Internacionais de Saúde.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.482, DE 18 DE JULHO DE 2014</u></p>

	<p>Estabelece recursos financeiros destinados aos Hospitais Universitários Federais.</p> <p><u>PORTARIA Nº 535, DE 8 DE ABRIL DE 2014</u> (*)</p> <p>Estabelece normas para a execução, no âmbito do Ministério da Saúde, do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que Atuam na Área da Saúde e que Participam de Forma Complementar do Sistema Único de Saúde (PROSUS), de que trata a Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.</p> <p><u>PORTARIA Nº 237, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014</u> (*)</p> <p>Remaneja recursos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) para o Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade dos Estados e Municípios, em conformidade com o Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p>(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 33, de 17-2-2014, Seção 1, pág. 39, com incorreção no original.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Superintendência de Fiscalização, Controle e Monitoramento <u>RESOLUÇÃO - RE Nº 2.708, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> [...]</p> <p>Art. 1º Proibir a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, do lote 003522 2 (val.: 04/2015) do produto SUPLEMENTO PROTEICO PARA ATLETAS SABOR BAUNILHA, marca - SUPER WHEY 3W INTEGRALMEDICA, fabricado por Integralmédica SA Agricultura e Pesquisa (CPNJ: 57.235.426/0001-41), situada à Rodovia Bento R. Domingues nº. 1007, Embu Guaçu/SP.</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA) <u>PORTARIA Nº 586, DE 14 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre as diretrizes para atuação em Educação em Saúde Ambiental na FUNASA.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCidades)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 345, DE 25 DE JUNHO DE 2014</u> Aprova a liberação de recursos do Orçamento Geral da União para execução de obras de Manejo de Águas Pluviais, inseridos na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Regulamenta o Programa de Apoio à Produção de Habitações.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 18 DE JULHO DE 2014</u> Regulamenta a linha de crédito para aquisição de material de construção - Financiamento de Material de Construção - FIMAC/FGTS.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>PORTARIA Nº 397, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> [...]</p> <p>Art. 1º Instaurar a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, com a finalidade de fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil</p> <p>[...]</p>

<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA) <u>RESOLUÇÃO Nº 462, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica em superfície terrestre, altera o art. 1º da Resolução no 279, de 27 de julho de 2001, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CONAMA, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA (SEGEP) <u>ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 22 DE JULHO DE 2014</u> Altera a Orientação Normativa SEGEP/MP nº 16, de 23 de dezembro de 2013(*). (*) <i>Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC quanto aos procedimentos necessários à análise dos processos de aposentadoria especial com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, dos servidores públicos federais amparados por decisão judicial em mandado de injunção julgado pelo Supremo Tribunal Federal.</i></p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.130, DE 23 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre a exigência de contrapartida em convênios, contratos de repasse, termos de cooperação, termos de parceria, planos de implementação e outros instrumentos congêneres a serem celebrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.</p> <p>CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 750, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Aprova o Relatório de Gestão do FGTS, referente ao exercício de 2013, a ser apresentado ao TCU, a título de prestação de contas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 749, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Aprova o Relatório de Gestão do FI-FGTS do exercício de 2013 a ser apresentado ao TCU a título de prestação de contas anual.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>26/07/2014</p>	<p><u>LEI Nº 15.537, DE 25 DE JULHO DE 2014</u> Transforma em Estância Turística o Município de Guaratinguetá</p> <p><u>LEI Nº 15.536, DE 25 DE JULHO DE 2014</u> Transforma em Estância Turística o Município de Olímpia</p> <p><u>LEI Nº 15.535, DE 25 DE JULHO DE 2014</u> Transforma em Estância Turística o Município de Brotas</p>
<p>25/07/2014</p>	<p><u>LEI Nº 15.532, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> (Projeto de lei nº 587/12, da Deputada Heroilma Soares – PTB)</p>

	<p>Dispõe sobre o procedimento obrigatório de reserva de assento de acompanhante da pessoa com deficiência em teatros, cinemas, casa de shows e espetáculos em geral</p> <p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 587, DE 2012 [...] De origem parlamentar, a proposta torna obrigatória a destinação de reserva de assento ao acompanhante de pessoa com deficiência em teatros, cinemas, casas de shows e espetáculos em geral, define os beneficiários da norma e a forma de cumprimento, concede prazo de adequação para os estabelecimentos do segmento cultural, estabelece penalidades de notificação, advertência, multa e interdição e estipula o prazo de 60 dias para regulamentação. [...] DOE, Seção I, 25/07/2014, p. 1</p> <p>DECRETO Nº 60.686, DE 24 DE JULHO DE 2014 Regulamenta a Avaliação Especial de Desempenho para fins de estágio probatório aos ocupantes do cargo de Agente Fiscal de Rendas, abrangidos pela Lei Complementar nº 1.059, de 18 de setembro de 2008</p> <p>DECRETO Nº 60.685, DE 24 DE JULHO DE 2014 Prorroga o prazo previsto no artigo 1º do Decreto nº 59.673, de 29 de outubro de 2013 (*) (*) <i>Autoriza a Secretaria dos Transportes Metropolitanos a estabelecer procedimentos para a regularização da frota de veículos com idade superior a 15 (quinze) anos dos serviços metropolitanos de transporte coletivo de passageiros sob o regime de fretamento.</i></p>
<p>24/07/2014</p>	<p>DECRETO Nº 60.682, DE 23 DE JULHO DE 2014 Integra no Sistema Único de Saúde do Estado de São Paulo – SUS/SP, para fins de atribuição da Gratificação pelo Desempenho e Apoio às Atividades Periciais e de Assistência à Saúde – GDAPAS, bem como da Gratificação Especial de Suporte à Saúde – GESS, a unidade de saúde da Secretaria da Administração Penitenciária que especifica e dá providências correlatas</p> <p>DECRETO Nº 60.681, DE 23 DE JULHO DE 2014 Altera o Decreto nº 43.493, de 29 de setembro de 1998, que dispõe sobre a qualificação das organizações sociais da área da cultura e dá providências correlatas</p> <p>DECRETO Nº 60.678, DE 23 DE JULHO DE 2014 Dispõe sobre a identificação de funções específicas da série de classes de Engenheiro, do Quadro da Secretaria da Segurança Pública, a serem retribuídas mediante gratificação “pro labore” e dá providências correlatas</p>
<p>22/07/2014</p>	<p>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 206, DE 2014 [...] A propositura, de iniciativa parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Professora Maria Carmen Codo Jacomini” à Escola Estadual localizada no Bairro Jardim Parque Jequitibás, em Santa Gertrudes. DOE, Seção I, 22/07/2014, p. 1</p>

	<p>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 915, DE 2013 [...] A propositura, de origem parlamentar, tem por finalidade atribuir a denominação de “Professora Zilda Halben Guerra” ao prédio da Fábrica de Cultura Parque do Belém, na Capital. DOE, Seção I, 22/07/2014, p. 1</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Administração Penitenciária (SAP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP - 105, DE 25-7-2014</u> Regulariza, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, a instituição de 1 Célula de Intervenção Rápida – CIR na Penitenciária “Orlando Brando Filinto” de Iaras, subordinada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP - 104, DE 23-7-2014</u> Regulariza, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, a instituição de 1 Célula de Intervenção Rápida – CIR na Penitenciária “Cabo PM Marcelo Pires da Silva” de Itaí, subordinada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Noroeste do Estado</p>
Casa Civil (CC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO DE 24-7-2014</u> Cessando, a partir de 17-7-2014, os efeitos da resolução publicada em 4-1-2011, que designou Rubens Emil Cury, RG 5.273.520, para responder pela Subsecretaria de Relacionamento com Municípios, de que trata o art. 3º, X, do Dec. 51.991-2007.</p>
Cultura (SC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC 43, DE 23-07-2014</u> Altera a Resolução SC 60, de 27-08-2012, que institui o Grupo de Trabalho do Sistema Estadual de Museus - SISEM-SP</p>
Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO CONSEAS-17, DE 22-7-2014</u> Dispõe Sobre a Aprovação do Plano de Ação para o Cofinanciamento do Governo Federal – 2014 da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDS</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>COMUNICADO CAF-G-16, DE 23-07-2014</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de junho de 2014</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF/APE 453, DE 18-07-2014</u> O Secretário da Fazenda Aprova os índices e observações do Comunicado 577 da Assessoria de Política Econômica de 18-07-2014, que fazem parte integrante desta Resolução.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SF 49, DE 18-07-2014</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida de maio de 2014</p> <p>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</p> <p><u>PORTARIA CAF-G 032, DE 22-07-2014</u> Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CEDC-CO 1, de 17-01-2014 (*) (*) <i>Estabelece procedimentos a serem observados na execução orçamentária e financeira do exercício de 2014</i></p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)</p> <p>SUPLEMENTO NOTIFICAÇÃO Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p> <p><u>PORTARIA CAT 90, DE 22-07- 2014</u> Disciplina o envio de informações sobre transferência de propriedade de veículos, por tabelião de notas ou registrador no exercício das atribuições notariais de reconhecimento de firma</p>
<p>Gestão Pública (SGP)</p>	<p>INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) – Superintendência</p> <p><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-IAMSPE-1, DE 24-07-2014</u> Altera a Resolução Conjunta PGE-Iamspe 1, de 19-03-2007, que disciplina o exercício da Advocacia Pública no âmbito do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – Iamspe, e dá outras providências</p>
<p>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)</p> <p><u>PORTARIA DETRAN-1279, DE 21-7-2014</u> Dispõe sobre o uso de película de proteção solar em vidros de veículos de aprendizagem</p> <p><u>PORTARIA DETRAN-SP-1275, DE 18-7-2014</u> Inclui o § 3º ao artigo 6º B da Portaria Detran 1.606, de 19-08-2005 [...] Artigo 1º - Incluir um parágrafo ao artigo 6º B da Portaria DETRAN 1.606, de 19, publicada em 23, de agosto de 2005, que Padroniza os procedimentos administrativos destinados ao exercício das atividades das unidades de trânsito do DETRAN/SP. [...]</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO (GPG)</p> <p><u>RESOLUÇÃO PGE-17, DE 21-07-2014</u> Dispõe sobre o Núcleo Temático de Estudos e Pesquisas sobre a aplicação da Arbitragem (Lei federal 9.307, de 23-09-1996) aos conflitos que envolvem a Administração Pública Estadual, instituído pela Resolução PGE 23, de 8-8-2012</p>

<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 93, DE 24-7-2014</u> Cria a Comissão Técnica para o acompanhamento e análise da situação e da Gestão da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e dá providências correlatas.</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SLT-STM - 001, DE 30-06-2014 (REPUBLICAÇÃO)</u> Reajuste das tarifas de Serviços para Transporte de Veículos por Balsas, de Transporte Coletivo de Passageiros por meio de Lanchas e/ou Catraias, Serviços de Balsas Mista – Veículos e Passageiros com e sem bicicletas e as tarifas de Transporte de Veículos por Balsas, pelo Sistema “Hora Marcada” <i>(Republicado devido a desformatação das tabelas)</i></p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP-65, DE 24-7-2014</u> Dispõe sobre a incorporação, transformação e alteração da denominação do Instituto de Pesquisas Meteorológicas (IPMet)</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG 88, DE 23-07-2014</u> Regulamenta as ações da Divisão de Gestão Documental, prevista no § 1º do artigo 49 do Ato Normativo DPG 80, de 21-01-2014, cria a Comissão Central de Gestão de Documentos e dá outras providências</p> <p>SEGUNDA SUBDEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO <u>ATO DO SEGUNDO SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 23-07-2014</u> Regulamenta a participação de Defensores Públicos no projeto “Jornada da Cidadania”, a se realizar no dia 02-08-2014</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>21/07/2014 a 26/07/2014</p>	<p>Não houve legislação pertinente ao Boletim neste período</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>
<p>25/07/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 55.326, DE 24 DE JULHO DE 2014</u> Dispõe sobre a criação de Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos – CIEJA (*). (*) Bairro: Iguatemi, vinculado à Diretoria Regional de Educação de São Mateus</p>
<p>24/07/2014</p>	<p><u>DECRETO Nº 55.325, DE 23 DE JULHO DE 2014</u> Institui o Comitê Intersecretarial de Articulação Governamental da Política Municipal de Participação Social.</p> <p><u>DECRETO Nº 55.324, DE 23 DE JULHO DE 2014</u></p>

	Regulamenta a Lei nº 15.994, de 22 de abril de 2014 , que institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Esportivas – VAI DO ESPORTE, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação.
23/07/2014	<u>DECRETO Nº 55.320, DE 22 DE JULHO DE 2014</u> Confere nova redação ao inciso III do artigo 8º e revoga o § 4º do artigo 3º, ambos do Decreto nº 54.949, de 21 de março de 2014 , que regulamenta a Lei nº 15.939, de 23 de dezembro de 2013 , a qual dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros, negras ou afrodescendentes no serviço público municipal, em cargos de provimento efetivo e em comissão.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Maria Auxiliadora Evangelista
mevangelista@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107